

29 JAN 1993

País renegocia a dívida com o governo japonês

JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA — Uma decisão tomada na quarta-feira, displicentemente, por 43 senadores, está sendo considerada como uma das mais importantes iniciativas do governo brasileiro para normalizar suas relações financeiras com o Japão. A votação, que alterou a Resolução 7 do Senado Federal, permitirá que o Brasil assine hoje com o governo japonês a renegociação da dívida de US\$ 1,6 bilhão, referente ao acordo do Clube de Paris, e como consequência permitirá que o Eximbank japonês reabra em 60 dias os financiamentos às importações brasileiras, num volume previsto em US\$ 10 bilhões nos próximos dois anos.

Os primeiros beneficiados poderão ser o Banco do Brasil e o BNDES, que há sete anos esperam a liberação de US\$ 100 milhões para cada um. Também o Ministério da Indústria e do Comércio Internacional do Japão (MITI) poderá agora reabrir o seguro de exportações ao Brasil, sinalizando que o risco de investimento no país diminuiu.

Embora a maioria dos senadores não soubesse, a votação foi tão importante para os japoneses, que no momento de sua conclu-

são, às 16h de Brasília e 3h de Tóquio, os funcionários da embaixada japonesa ligaram do plenário para a sede do Ministério das Relações Exteriores do Japão e acordaram os três funcionários deixados de plantão para tomarem suas providências. Eles foram informados que o Senado brasileiro aceitava o Clube de Paris como mediador de pendências referentes às negociações no âmbito desta instituição.

Estas eram pré-condições do Japão para assinar seu acordo. E como o texto previa que o primeiro pagamento do Brasil se daria em 1º de fevereiro, ou o projeto era aprovado ontem, ou teriam que ser reiniciadas todas as negociações. Agora o acordo bilateral deverá ser votado até amanhã no Parlamento japonês, e poderá ser assinado imediatamente pelo embaixador do Japão no Brasil, Yasushi Murazumi, e pelo ministro da Fazenda Paulo Haddad.

O que poderia ser uma simples negociação em seu último posto, na embaixada do Japão na Suécia, tornou-se para Murazumi uma terrível dor de cabeça. Ele garantira a Tóquio que as mudanças seriam aprovadas rapidamente. Mas o projeto arrastou-se na pauta do Senado.